



EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008
AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

A Comissão de Acompanhamento e Elaboração do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, Legislação Municipal - Lei Complementar Nº 154 de 28 de Março de 2025, Lei Complementar Nº 87 de 22 de Dezembro de 2024 e demais legislações pertinentes, **Torna Público:**

I. Divulgar o Parecer dos Recursos sobre o Gabarito Preliminar da Prova Objetiva de Múltipla Escolha:

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

ENGENHEIRO CIVIL

- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

QUESTÃO 15

Qual consulta restringe os resultados a arquivos PDF dentro do domínio gov.br?

- A ☐ site gov.br filetype pdf "LDB".
B ☒ site:gov.br filetype:pdf "LDB".
C ☐ site=gov.br file=pdf "LDB".
D ☐ site:gov.br typefile:pdf "LDB".

Inscrição: 2011

Descrição dos Fatos: O gabarito preliminar da questão 15 apresenta erro ao considerar a letra "A" como correta, sendo a questão "B" correta.

Fundamentação: Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da prova para Engenheiro Civil na questão nº [15], pelos fundamentos a seguir expostos. A questão 15 solicita a consulta que restringe os resultados a arquivos PDF dentro do domínio gov.br. A alternativa considerada correta pela banca letra (A) não apresenta a sintaxe válida dos operadores de busca. O operador correto para restringir domínio é site: (com dois pontos) e para restringir tipo de arquivo é filetype: (com dois pontos). Sem o uso adequado dos dois pontos, os termos "site", "gov.br", "filetype" e "pdf" passam a ser interpretados apenas como palavras comuns, não exercendo a função de filtros de domínio e tipo de arquivo. Entretanto a única alternativa que utiliza corretamente ambos os operadores é a letra B: site:gov.br filetype:pdf "LDB". As demais alternativas apresentam operadores inexistentes ou incorretos, não atendendo ao comando da questão. Desta forma, solicite-se a correção do gabarito da questão 15, com a alteração da resposta correta para a alternativa B. Subsidiariamente, caso a banca entenda de forma diversa, requer-se a anulação da questão, por apresentar erro técnico no gabarito preliminar.

Pedido: Dessa forma peço a correção do gabarito da questão 15, com a alteração da resposta correta para a alternativa B.

Resposta: **INDEFERIDO** - A alternativa A está incorreta porque usa os operadores sem a sintaxe exigida pelo buscador: faltam os dois-pontos em site: e em filetype:. A única consulta que restringe corretamente a arquivos PDF no domínio gov.br é a da alternativa B (site:gov.br filetype:pdf "LDB"), que já corresponde ao gabarito divulgado.

QUESTÃO 19

Conforme a Lei Complementar nº 036/2003, sobre nomeação para cargo efetivo, cargo em comissão, função gratificada e exercício interino, assinale a alternativa correta.

A ☐ A nomeação para cargo efetivo pode ocorrer sem concurso, quando houver necessidade do serviço, e a função gratificada pode ser ocupada por qualquer pessoa. O servidor em cargo em comissão pode exercer outro cargo de confiança e acumular integralmente as duas remunerações.



B [] A nomeação para cargo efetivo é permanente, mas dispensa concurso quando se tratar de cargo isolado. A função gratificada é forma de promoção por merecimento e depende de avaliação anual. O exercício interino exige afastamento das atribuições do cargo que o servidor já ocupa.

C [X] A nomeação para cargo efetivo é em caráter permanente e depende de concurso público. O cargo em comissão é de livre nomeação. A função gratificada é criada quando o cargo de confiança deve ser ocupado por servidor efetivo. Se o servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial exercer outro cargo de confiança interinamente, deve optar pela remuneração de um deles.

D [] A nomeação para cargo em comissão depende de concurso interno e a função gratificada é destinada a cargos ocupados por servidor não efetivo. Na interinidade, a lei veda opção remuneratória e impõe o pagamento cumulativo das remunerações.

Inscrição: 2011

Descrição dos Fatos: O gabarito preliminar da questão 19 apresenta erro ao considerar a alternativa "C" como correta.

Fundamentação: Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da prova para Engenheiro Civil na questão nº [19], pelos fundamentos a seguir expostos. O enunciado da questão 19 trata da nomeação para cargos, conforme a Lei Complementar nº 036/2003, exigindo interpretação precisa da norma jurídica. A alternativa apontada como correta não reproduz fielmente o texto legal previsto no art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 026/2003, que dispõe que: "art. 5º - O servidor será admitido ao serviço público municipal: I – em caráter permanente, para o cargo de provimento efetivo, sujeito ao concurso público;" Assim a falha se justifica pois o termo sujeito utilizado expressamente na lei complementar nº 026/2003, não é sinônimo necessário de "depende de" utilizado na questão (C) considerada como correta pela banca "A nomeação para cargo efetivo é em caráter permanente e depende de concurso público..." Na língua portuguesa e no próprio uso jurídico, "sujeito a" indica ambiguidade semântica e pode indicar submissão à regra ou mera exposição à possibilidade, não se confundindo obrigatoriamente com condição indispensável, como ocorre em expressões do tipo: "sujeito à fiscalização", em que o evento pode ou não ocorrer, diferente de; "depende da fiscalização", em que o evento necessariamente deve ocorrer. Ao substituir o termo legal por "depende de concurso público", a banca alterou a redação normativa e o sentido original da lei, o que não é admissível em questão de interpretação literal de legislação. Ademais, nenhuma das alternativas apresenta a redação correta prevista na lei, uma vez que todas utilizam expressões diversas de "sujeito a concurso público", ou outras incoerências, razão pela qual resta caracterizada a ausência de alternativa integralmente correta, impondo-se a anulação da questão.

Pedido: Peço anulação da questão 19 pela ausência de alternativa integralmente correta.

Resposta: **INDEFERIDO** - Mantém-se o gabarito na alternativa C, pois a questão se fundamenta na Lei Complementar nº 036/2003 (e não na LC nº 026/2003 indicada no recurso) e, no próprio texto da LC 036/2003, a exigência de concurso para cargo efetivo não é ambígua: além de constar que o provimento efetivo é "sujeito ao concurso público" (art. 5º, I), a lei explicita de forma literal que "a nomeação para cargo efetivo depende de prévia habilitação em concurso público" (art. 11), de modo que a expressão "depende de" empregada na alternativa C está plenamente compatível e reforçada pelo texto normativo; ademais, a alternativa C é a única que, em conjunto, também corresponde às regras sobre cargo em comissão, função gratificada e exercício interino, inclusive quanto à opção remuneratória na interinidade, conforme art. 10 e parágrafo único, inexistindo motivo para anulação.

MÉDICO

- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

QUESTÃO 02

A Lei nº 8.080/1990 disciplina a atuação de consórcios administrativos intermunicipais no âmbito do SUS. Conforme o art. 10, ao instituí-los, deve-se observar determinado princípio organizativo e prever, nos atos constitutivos, elementos mínimos relacionados à organização da assistência. Assinale a alternativa correta:



- A ☐ aplica-se o princípio da regionalização e os atos constitutivos definem referência, contrarreferência e níveis de complexidade assistencial.
- B ☒ aplica-se o princípio da direção única e os atos constitutivos do consórcio dispõem sobre a sua observância institucional.
- C ☐ aplica-se o princípio da participação da comunidade e os atos constitutivos fixam paridade de usuários no órgão executivo do consórcio.
- D ☐ aplica-se o princípio da integralidade e os atos constitutivos definem carteira regional de serviços e fluxos de regulação assistencial.

Inscrição: 1053

Descrição dos Fatos: QUESTÃO 02. A LEI 8080/1990 disciplina a atuação de consórcios administrativo intermunicipais no âmbito do SUS, conforme o artigo 10, ao instituí-lo, deve se observar determinado princípio organizativo e prever, nos atos constitutivos, elementos mínimos relacionados à organização da assistência. A alternativa A: Aplica-se o princípio da regionalização e os atos constitutivos definem referência, contrarreferência e níveis de complexidade assistencial. FOI CONSIDERADA ERRADA, NO ENTANTO, ESTÁ CORRETA!.

Fundamentação: De acordo com o artigo 10 da Lei nº 8.080/1990, a organização de consórcios administrativos intermunicipais no âmbito do SUS deve observar o princípio da regionalização, que é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde. Além disso, os atos constitutivos do consórcio devem prever elementos mínimos da organização da assistência, entre eles: • Referência e contrarreferência dos serviços de saúde; • Definição dos níveis de complexidade assistencial; • Integração dos serviços entre os municípios consorciados. Isso garante a articulação entre os entes federativos, o uso racional dos recursos e a integralidade do cuidado em saúde, conforme o modelo regionalizado e hierarquizado do SUS.

Pedido: Solicito que considere a alternativa A correta, na questão 02.

Resposta: **INDEFERIDO** - Mantém-se o gabarito na alternativa B, porque o art. 10, §1º, da Lei nº 8.080/1990 é direto e “sem espaço pra freestyle”: aos consórcios administrativos intermunicipais aplica-se o princípio da direção única, e os atos constitutivos devem dispor sobre a observância desse princípio, ponto. Já a alternativa A erra justamente o que a questão mandou observar “conforme o art. 10”, pois troca o princípio expresso no §1º (direção única) por regionalização e ainda “importa” para dentro do art. 10 elementos de referência, contrarreferência e níveis de complexidade que não estão elencados ali, sendo temas relacionados à organização regionalizada e hierarquizada do SUS em outros dispositivos, mas não como requisito do art. 10 para constituição de consórcio.

QUESTÃO 03

A Lei nº 8.080/1990 disciplina a atuação de consórcios administrativos intermunicipais no âmbito do SUS. Conforme o art. 10, ao instituí-los, deve-se observar determinado princípio organizativo e prever, nos atos constitutivos, elementos mínimos relacionados à organização da assistência. Assinale a alternativa correta:

- A ☐ aplica-se o princípio da regionalização e os atos constitutivos definem referência, contrarreferência e níveis de complexidade assistencial.
- B ☒ aplica-se o princípio da direção única e os atos constitutivos do consórcio dispõem sobre a sua observância institucional.
- C ☐ aplica-se o princípio da participação da comunidade e os atos constitutivos fixam paridade de usuários no órgão executivo do consórcio.
- D ☐ aplica-se o princípio da integralidade e os atos constitutivos definem carteira regional de serviços e fluxos de regulação assistencial.

Inscrição: 1053

Descrição dos Fatos: QUESTÃO 03: Um município institui uma comissão intersetorial para articular políticas e programas relacionados a determinantes e riscos à saúde. No primeiro ciclo de trabalho, foram pactuadas as seguintes frentes: Na resposta oficial desconsiderou a implantação de um programa de triagem auditiva neonatal na rede própria.



Fundamentação: No entanto após revisar a Lei nº 8.080/1990, a implantação de um Programa de Triagem Auditiva Neonatal (TAN) pode, sim, ser uma das frentes pactuadas por uma Comissão Intersetorial. O art. 13 estabelece que a articulação de políticas e programas relacionados aos determinantes e condicionantes da saúde deve ser feita por meio de comissões intersetoriais, que envolvem diferentes áreas (saúde, educação, assistência social, trabalho, etc.). A triagem auditiva neonatal: • É ação de promoção, prevenção e detecção precoce de agravos; • Reduz riscos ao desenvolvimento infantil (linguagem, cognição e socialização); • Depende de articulação intersetorial (saúde, assistência social e educação); • Está diretamente relacionada aos determinantes da saúde e à integralidade do cuidado. Sim, a implantação do programa de triagem auditiva neonatal pode ser uma das frentes de atuação da comissão intersetorial, pois se trata de ação que promove saúde, previne agravos e requer integração de políticas públicas, em conformidade com a Lei nº 8.080/90.

Pedido: Sugiro que considerem a opção D, onde diz que 1,2,3,4 e 5 foram/podem ser pactuados, como correta. Corrigindo assim o gabarito ou cancelando a questão.

Resposta: **INDEFERIDO** - Mantém-se o gabarito, porque a Lei nº 8.080/1990 não dá à comissão intersetorial um "cheque em branco" para incluir qualquer ação assistencial da rede própria: o art. 12, parágrafo único, delimita que as comissões intersetoriais articulam políticas e programas de interesse para a saúde cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do SUS, e o art. 13 ainda especifica, em especial, quais frentes essa articulação abrange (alimentação e nutrição, saneamento e meio ambiente, vigilância sanitária e farmacoepidemiologia, recursos humanos, ciência e tecnologia e saúde do trabalhador). Assim, a Triagem Auditiva Neonatal, embora relevante como ação de prevenção e detecção precoce, é prestação assistencial executável diretamente no SUS municipal (rede própria), não se enquadrando como política/programa "fora do SUS" nem como uma das frentes típicas do art. 13, razão pela qual foi corretamente desconsiderada para fins da questão, não havendo motivo para alteração de gabarito ou anulação.

ODONTÓLOGO

- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

QUESTÃO 01

No art. 7º da Lei nº 8.080/1990, a descentralização político-administrativa é definida por:

- A ☐ ênfase na descentralização dos serviços para os estados e regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.
- B ☐ ênfase na descentralização dos serviços para o Distrito Federal e regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.
- C ☒ ênfase na descentralização dos serviços para os municípios e regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.
- D ☐ ênfase na descentralização dos serviços para os municípios e integração das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

Inscrição: 2442

Descrição dos Fatos: Questão 1 De acordo com a Lei 8080/1990 As duas questões C e D se fazem corretas!.

Fundamentação: No capítulo 3 artigo 8 dispõe sobre a organização regionalizada e hierarquizada de direção única e exercidas pelo Ministério e secretarias municipais e estaduais. O que faz da questão C correta. Porém, no capítulo 2 inciso X dispõe sobre a integração de saúde, meio ambiente e saneamento básico. O que faz da questão D correta também! Em relação a Lei 8080/1990 temos 2 questões corretas..

Pedido: Anulação da questão.

Resposta: **INDEFERIDO** - Mantém-se o gabarito na alternativa C, porque a questão pergunta especificamente como o art. 7º define a descentralização político-administrativa, e o inciso IX do art. 7º é expresso ao descrevê-la "com direção única em cada esfera de governo", com a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios e b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde,



exatamente o que está na letra C; já a alternativa D mistura diretrizes diferentes do mesmo artigo, pois “integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico” é o inciso X do art. 7º, não integra o conceito do inciso IX que a questão cobrou, além de omitir a parte de regionalização e hierarquização exigida no próprio inciso IX, de modo que não há duas alternativas corretas e não se justifica anulação.

QUESTÃO 03

Um município instituiu uma comissão intersetorial para articular políticas e programas relacionados a determinantes e riscos à saúde. No primeiro ciclo de trabalho, foram pactuadas as seguintes frentes:

- (1) fortalecimento da inspeção de alimentos e monitoramento de eventos adversos a medicamentos;**
- (2) parceria com a secretaria de obras para enfrentar problemas de esgotamento sanitário e contaminação ambiental;**
- (3) plano de formação permanente para equipes da Atenção Primária e da Vigilância;**
- (4) implantação de um programa de triagem auditiva neonatal na rede própria; e**
- (5) revisão de protocolos para proteção de trabalhadores expostos a agentes químicos, com notificação e acompanhamento.**

À luz do art. 13 da Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa que identifica corretamente quais frentes citadas acima estão diretamente compreendidas no rol de atividades atribuídas à articulação intersetorial.

- A ☒ (1), (2), (3) e (5), apenas.
- B ☐ (1), (2) e (5), apenas.
- C ☐ (2), (3), (4) e (5), apenas.
- D ☐ (1), (2), (3), (4) e (5).

Inscrição: 1815

Descrição dos Fatos: O candidato interpõe o presente recurso em razão da divergência identificada na correção da Questão nº 03 da prova de Conhecimentos Específicos do cargo de Odontólogo, cujo gabarito preliminar considerou como correta apenas a alternativa A. Ocorre que, ao analisar o enunciado da questão e o disposto no art. 13 da Lei nº 8.080/1990, verifica-se que a alternativa D também apresenta compatibilidade com o referido dispositivo legal, o que evidencia ambiguidade objetiva na formulação da questão e na correção adotada, motivo pelo qual se requer a devida revisão.

Fundamentação: A Questão nº 03 fundamenta-se no art. 13 da Lei nº 8.080/1990, que dispõe que a articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, “abrangerá, em especial”, determinadas áreas, evidenciando tratar-se de rol exemplificativo, e não taxativo. A alternativa considerada correta pelo gabarito preliminar (Alternativa A) inclui os itens (1), (2), (3) e (5), reconhecendo, inclusive, que ações de formação e organização interna de equipes (item 3) estão compreendidas no referido artigo. Por coerência lógica e interpretativa, considerando o caráter não taxativo do dispositivo legal, não há fundamento objetivo para excluir o item (4), que trata da implantação de programa estruturante de triagem auditiva neonatal, ação de caráter coletivo, preventivo e voltada à redução de riscos e agravos à saúde infantil. A inclusão do item (3) e a exclusão do item (4), sem critério objetivo claramente delimitado, tornam o critério de correção inconsistente, permitindo mais de uma interpretação razoável da questão, o que caracteriza ambiguidade objetiva. Diante disso, a alternativa D mostra-se igualmente compatível com o art. 13 da Lei nº 8.080/1990, razão pela qual se impõe a revisão do gabarito ou, subsidiariamente, a anulação da questão.

Pedido: Diante do exposto, requer-se a revisão do gabarito preliminar da Questão nº 03, com a aceitação da alternativa D como correta. Subsidiariamente, caso não seja este o entendimento da banca, requer-se a anulação da referida questão, com a atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos.

Resposta: **INDEFEITO** - Mantém-se o gabarito na alternativa A, porque a questão não perguntou “o que a comissão poderia fazer em tese”, e sim quais frentes estão diretamente compreendidas no rol do art. 13 da Lei nº 8.080/1990, que elenca, para fins dessa identificação, as atividades de alimentação e nutrição; saneamento e meio ambiente; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador: por isso (1) se enquadra em vigilância sanitária e farmacoepidemiologia, (2) em saneamento e meio ambiente, (3) em recursos humanos e (5) em saúde do trabalhador, enquanto (4) (triagem auditiva neonatal) é ação assistencial a ser



executada na rede própria do SUS municipal e não figura no rol do art. 13, nem se confunde com a finalidade típica das comissões intersetoriais de articular políticas cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do SUS (art. 12, parágrafo único); logo, não há ambiguidade objetiva e a alternativa D amplia indevidamente o alcance do dispositivo cobrado.

Inscrição: 2442
Descrição dos Fatos: Questão 3. Alternativa 4 mal redigida (incompleta).
Fundamentação: A alternativa (4) está incompleta, dando ao leitor a ideia de que a continuação da questão se dá na alternativa (5) levando o candidato a interpretação equivocada e induzindo ao erro.
Pedido: Anulação da questão.
Resposta: **INDEFERIDO** - Mantém-se o gabarito na alternativa A, porque o enunciado apresenta itens numerados autônomos, cada um iniciado por seu número e encerrado com pontuação própria, e o “e” antes do item (5) apenas cumpre função de conectivo da enumeração, sem fundir ou “continuar” a redação do item (4), inexistindo vício de forma capaz de induzir interpretação obrigatória diversa ou gerar nulidade.

PROFESSOR

- NOÇÕES DE INFORMÁTICA:

QUESTÃO 13

Sobre a função PROCV, assinale a alternativa correta.

- A ☐ Permite procurar à esquerda sem recurso adicional.
B ☒ Exige que o valor procurado esteja na primeira coluna do intervalo.
C ☐ Retorna sempre a última ocorrência encontrada no intervalo.
D ☐ Funciona somente com correspondência aproximada.

Inscrição: 2631
Descrição dos Fatos: Venho solicitar que considere correta minha marcação da questão 13 no gabarito, pois o texto da letra C é sequência do texto da letra B, portanto eu poderia assinar qualquer uma das duas ou a B ou C. A falha é de quem elaborou a questão. Eu exijo que considere minha resposta como certa, pois está certa.
Fundamentação: A questão foi elaborada com textos complexos que dificultou escolher uma resposta concreta. Mande um texto no WhatsApp do presidente da comissão do seletivo, o Paulo, vcs podem e devem verificar o erro na elaboração da questão.
Pedido: Consirem certa a minha resposta da questão 13, pois esta certa, o texto da letra C é sequência do texto da letra b.
Resposta: **INDEFERIDO** - A alegação de que a alternativa C seria “sequência” da B não procede, porque cada opção é uma assertiva completa e independente, e a sistemática da prova é de alternativa única. Mais importante, mesmo que alguém tentasse “juntar” frases, isso não mudaria o ponto central: o conteúdo da letra C é objetivamente falso. A função PROCV procura o valor na primeira coluna do intervalo e, quando encontra correspondência (especialmente em busca exata), retorna o resultado da primeira ocorrência localizada de cima para baixo, e não “sempre a última”. Exemplo simples: se “João” aparece na coluna A nas linhas 2 e 10, PROCV(“João”;A:B;2;FALSO) retorna o valor da linha 2, não o da linha 10. Já a letra B descreve exatamente a exigência do PROCV (valor procurado na primeira coluna do intervalo), motivo pelo qual a correção permanece e a marcação diversa não pode ser considerada correta.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

AUXILIAR DE TURMA



- Conhecimentos Específicos:

QUESTÃO 04

Pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), as práticas pedagógicas da proposta curricular têm como eixos norteadores:

- A [] cuidado e educação, organizados como rotinas diárias para garantir hábitos e disciplina.
- B [] direitos de aprendizagem e campos de experiência, definidos para estruturar objetivos por área.
- C [] observação e registro, usados como eixos para planejar e monitorar o cotidiano do grupo.
- D [X] interações e a brincadeira, orientando as experiências do cotidiano entre crianças e adultos.

Inscrição: 1197

Descrição dos Fatos: Trata-se de recurso interposto contra a Questão 04 da prova objetiva do processo seletivo para o cargo de Auxiliar de Turma – Pré-Escola, nos termos do item 7.1 do edital, em razão de flagrante extrapolação do conteúdo programático expressamente previsto, circunstância que compromete a legalidade da avaliação aplicada e autoriza a anulação da questão. A Questão 04 fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, ao indagar acerca dos eixos norteadores das práticas pedagógicas. Ocorre que referido diploma normativo não integra o rol de conteúdos específicos exigidos no edital do certame.

Fundamentação: Conforme expressamente previsto no conteúdo programático para o cargo de Auxiliar de Turma, inclusive após a Retificação do Edital de Abertura publicada em 15 de janeiro de 2026, os conhecimentos específicos restringem-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e aos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI). Não há qualquer menção às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), tampouco autorização para a cobrança de resoluções do Conselho Nacional de Educação ou de outras normativas infralegais correlatas. Cumpre destacar que o RCNEI e as DCNEI possuem naturezas jurídicas, objetivos e âmbitos de aplicação distintos. O RCNEI, publicado em 1998, possui caráter orientador e pedagógico, voltado à organização das práticas educativas, enquanto as DCNEI, instituídas em 2009, constituem diretrizes normativas obrigatórias, com força vinculante, estabelecendo conceitos, princípios e eixos estruturantes próprios. Assim, é juridicamente inadmissível presumir que a previsão de um documento autorize, de forma implícita, a cobrança de outro, sob pena de ampliação indevida do conteúdo programático. Ainda que se reconheça eventual afinidade temática entre os documentos, é vedado à banca examinadora realizar interpretação extensiva ou ampliativa do conteúdo editalício. Tal prática afronta diretamente o princípio da vinculação ao edital, que impõe à Administração e à banca examinadora estrita observância às regras previamente estabelecidas, em respeito aos princípios da legalidade, da isonomia e da segurança jurídica. O próprio edital, em seu item 7.3, exige que os recursos sejam embasados em argumentação lógica, consistente e apoiada em literatura conceituada, o que se observa no presente caso. Por outro lado, a mesma norma não autoriza a cobrança de conteúdos não previstos, sendo certo que a exigência de conhecimento estranho ao edital configura vício insanável da questão, nos termos do item 7.2.2, que admite a anulação de questões julgadas irregulares por qualquer motivo que comprometa sua validade. A jurisprudência pátria é pacífica ao reconhecer a ilegalidade de questões que extrapolam o conteúdo previsto no edital. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 632.853 (Tema 485 da Repercussão Geral), assentou que, embora não caiba ao Judiciário substituir a banca examinadora, é plenamente possível o controle de legalidade, o que inclui o juízo de compatibilidade entre o conteúdo das questões e o programa editalício. No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que o edital é a lei do concurso, vinculando candidatos e Administração, sendo ilegítima a cobrança de conteúdo não previsto, conforme se extrai do seguinte julgado: "(...) sendo legítima a atuação do Poder Judiciário em caso de descompasso entre o conteúdo previsto no edital e aquele exigido na solução das questões." (STJ, AgInt no RMS 48.969/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 03/04/2019). Decisões recentes dos Tribunais de Justiça igualmente reconhecem a nulidade de



questões ou critérios de correção baseados em conteúdo excluído ou não previsto no edital, por ofensa direta ao princípio da vinculação editalícia. No caso concreto, resta evidente que a Questão 04 exigiu conhecimento específico de normativa não contemplada no conteúdo programático do certame, o que vicia sua legalidade, compromete a lisura da avaliação e coloca os candidatos em situação de manifesta desigualdade, em afronta à isonomia que deve reger o processo seletivo.

Pedido: Diante do exposto, com fundamento no princípio da vinculação ao edital e nos termos dos itens 7.2.2 e 7.2.3 do edital, requer-se o acolhimento do presente recurso para o fim de anular a Questão 04 da prova objetiva, com a consequente atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos, como medida de estrita observância à legalidade, à isonomia e à segurança jurídica do certame.

Resposta: **INDEFERIDO** - Mantém-se o gabarito (alternativa D), porque o edital prevê “Conhecimentos Referenciais Curriculares da Educação Infantil”, expressão de abrangência suficiente para abarcar os referenciais nacionais que orientam a prática pedagógica nessa etapa, inclusive as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, e o item cobrado é objetivo e literal nesse documento: as práticas pedagógicas têm como eixos norteadores as interações e a brincadeira (art. 9º); além disso, não se exigiu do candidato “decorar resolução”, mas reconhecer um eixo estruturante amplamente consolidado e convergente com o próprio RCNEI, que trabalha a interação e a brincadeira como dimensões centrais das experiências infantis, razão pela qual não há extrapolação programática, surpresa indevida ou quebra de isonomia que justifique anulação.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- Conhecimentos Específicos:

QUESTÃO 01

No art. 7º da Lei nº 8.080/1990, a descentralização político-administrativa é definida por:

- A ☐ ênfase na descentralização dos serviços para os estados e regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.
- B ☐ ênfase na descentralização dos serviços para o Distrito Federal e regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.
- C ☒ ênfase na descentralização dos serviços para os municípios e regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.
- D ☐ ênfase na descentralização dos serviços para os municípios e integração das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

Inscrição: 1050

Descrição dos Fatos: A alternativa A: Aplica-se o princípio da regionalização e os atos constitutivos definem referência, contrarreferência e níveis de complexidade assistencial. FOI CONSIDERADA ERRADA, NO ENTANTO, ESTÁ CORRETA!

Fundamentação: De acordo com o artigo 10 da Lei nº 8.080/1990, a organização de consórcios administrativos intermunicipais no âmbito do SUS deve observar o princípio da regionalização, que é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde. Além disso, os atos constitutivos do consórcio devem prever elementos mínimos da organização da assistência, entre eles: • Referência e contrarreferência dos serviços de saúde; • Definição dos níveis de complexidade assistencial; • Integração dos serviços entre os municípios consorciados. Isso garante a articulação entre os entes federativos, o uso racional dos recursos e a integralidade do cuidado em saúde, conforme o modelo regionalizado e hierarquizado do SUS.

Pedido: Anulação da questão ou correção do gabarito.

Resposta: **INDEFERIDO** - Mantém-se o gabarito (letra B), porque o art. 10, §1º, da Lei nº 8.080/1990 é expresso e específico para consórcios administrativos intermunicipais: aplica-se a eles o princípio da direção única, e os atos constitutivos devem dispor sobre a observância desse princípio. A alternativa A, embora mencione “regionalização” (diretriz organizativa do SUS em outros dispositivos), não corresponde ao comando do art. 10 para consórcios e ainda acrescenta



exigências que o §1º não traz (referência, contrarreferência e níveis de complexidade), o que descaracteriza a literalidade do dispositivo indicado no enunciado e torna a assertiva incorreta.

QUESTÃO 02

A Lei nº 8.080/1990 disciplina a atuação de consórcios administrativos intermunicipais no âmbito do SUS. Conforme o art. 10, ao instituí-los, deve-se observar determinado princípio organizativo e prever, nos atos constitutivos, elementos mínimos relacionados à organização da assistência. Assinale a alternativa correta:

- A ☐ aplica-se o princípio da regionalização e os atos constitutivos definem referência, contrarreferência e níveis de complexidade assistencial.
- B ☒ aplica-se o princípio da direção única e os atos constitutivos do consórcio dispõem sobre a sua observância institucional.
- C ☐ aplica-se o princípio da participação da comunidade e os atos constitutivos fixam paridade de usuários no órgão executivo do consórcio.
- D ☐ aplica-se o princípio da integralidade e os atos constitutivos definem carteira regional de serviços e fluxos de regulação assistencial.

Inscrição: 2510

Descrição dos Fatos: A questão 02 conhecimentos específicos apresenta alternativas diferentes no gabarito a correta e a B, mais em todas as minhas análises só consta a A como a resposta correta.

Fundamentação: E com isso eu posso ser desclassificado por não alcançar a meta de pontuação.

Pedido: Gostaria que revisasse essas questões por favor, pois caso contrário serei desclassificado.

Resposta: **INDEFERIDO** - Mantém-se o gabarito na alternativa B, porque o enunciado amarra a resposta ao art. 10 da Lei nº 8.080/1990 e, nesse dispositivo, a regra é literal: ao tratar de consórcios administrativos intermunicipais, o §1º determina que se aplica o princípio da direção única e que os atos constitutivos devem dispor sobre a observância desse princípio, que é exatamente o que afirma a alternativa B. Já a alternativa A não pode ser considerada correta porque troca o princípio expresso no art. 10, §1º (direção única) por regionalização e ainda acrescenta conteúdos (referência, contrarreferência e níveis de complexidade) que não estão previstos como exigência do art. 10 para consórcios, ainda que sejam temas relevantes na organização do SUS em outros fundamentos normativos.

QUESTÃO 16

De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Félix do Araguaia, assinale a alternativa que reúne corretamente: o prazo e o efeito do silêncio do Prefeito quanto à sanção, o quórum e a forma de votação para rejeição do veto e quem promulga a lei se o Prefeito não o fizer.

- A ☒ Silêncio do Prefeito por 15 dias úteis importa sanção; veto rejeitado por maioria absoluta em votação secreta; promulgação cabe ao Presidente e, em 48 horas, ao Vice-Presidente.
- B ☐ Silêncio do Prefeito por 10 dias úteis importa sanção; veto rejeitado por maioria absoluta em votação aberta; promulgação cabe ao Vice-Presidente e, em 48 horas, ao Presidente.
- C ☐ Silêncio do Prefeito por 15 dias corridos importa sanção; veto rejeitado por dois terços em votação secreta; promulgação cabe ao Prefeito e, em 48 horas, à Mesa da Câmara.
- D ☐ Silêncio do Prefeito por 30 dias úteis implica veto tácito; veto rejeitado por maioria simples em votação nominal; promulgação cabe ao Presidente e, em 72 horas, ao Vice-Presidente.

Inscrição: 2510

Descrição dos Fatos: A questão 16 de Conhecimentos Gerais apresenta duas alternativas corretas (A e C), impossibilitando uma resposta única". A resposta 02 conhecimento específico com A e B tbm tem a possibilidade de estarem corretas.

Fundamentação: Posso ser desclassificado devido essas questão.

Pedido: Por tando, devido essas questões posso ser eliminado, por não alcançar a meta.

Resposta: **INDEFERIDO** - Mantém-se o gabarito na alternativa A. A alternativa A é a única que reproduz corretamente o texto do art. 56, ao prever sanção tácita pelo silêncio do Prefeito após 15 dias úteis, rejeição do veto por maioria absoluta em votação secreta e promulgação pelo Presidente da



Câmara, cabendo ao Vice-Presidente fazê-lo em 48 horas se o Presidente não o fizer, enquanto a alternativa C erra pontos objetivos do dispositivo ao falar em 15 dias corridos, exigir quórum de dois terços e atribuir a promulgação à “Mesa” (a lei estabelece a sequência Presidente/Vice), de modo que não há como reputá-la correta; já na questão 02 (consórcios do SUS), o art. 10, §1º, da Lei 8.080/1990 é literal ao determinar que se aplica aos consórcios o princípio da direção única e que os atos constitutivos devem dispor sobre sua observância, exatamente como descrito na alternativa B, ao passo que a alternativa A substitui esse princípio por regionalização e acrescenta “elementos mínimos” (referência, contrarreferência e níveis de complexidade) que não constam do art. 10, razão pela qual não há fundamento para mudança do gabarito ou anulação.

II. Divulgar o Gabarito Definitivo da Prova Objetiva de Múltipla Escolha:

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

ASSISTENTE SOCIAL

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = D	08 = B	13 = B	18 = B
04 = A	09 = C	14 = A	19 = C
05 = C	10 = D	15 = B	20 = D

EDUCADOR FÍSICO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = A	12 = D	17 = C
03 = C	08 = B	13 = B	18 = B
04 = B	09 = C	14 = A	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D

EDUCADOR SOCIAL

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = D	08 = B	13 = B	18 = B
04 = A	09 = C	14 = A	19 = C
05 = C	10 = D	15 = B	20 = D

ENFERMEIRO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = A	08 = B	13 = B	18 = B
04 = A	09 = C	14 = A	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D



ENGENHEIRO AGRONOMO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = A	12 = D	17 = C
03 = D	08 = B	13 = B	18 = B
04 = B	09 = C	14 = A	19 = C
05 = C	10 = D	15 = B	20 = D

ENGENHEIRO CIVIL

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = A	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = C	08 = B	13 = B	18 = B
04 = D	09 = C	14 = A	19 = C
05 = A	10 = D	15 = B	20 = D

FARMACEUTICO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = A	08 = B	13 = B	18 = B
04 = A	09 = C	14 = A	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D

FARMACEUTICO OU BIOMÉDICO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = A	08 = B	13 = B	18 = B
04 = A	09 = C	14 = A	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D

FISIOTERAPEUTA

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = A	08 = B	13 = B	18 = B
04 = A	09 = C	14 = A	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D



MÉDICO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = A	08 = B	13 = B	18 = B
04 = A	09 = C	14 = A	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D

MÉDICO VETERINÁRIO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = C	07 = A	12 = D	17 = C
03 = B	08 = B	13 = B	18 = B
04 = B	09 = C	14 = A	19 = C
05 = A	10 = D	15 = B	20 = D

NUTRICIONISTA

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = A	08 = B	13 = B	18 = B
04 = A	09 = C	14 = A	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D

ODONTÓLOGO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = A	08 = B	13 = B	18 = B
04 = A	09 = C	14 = A	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D

PROFESSOR

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = A	12 = D	17 = C
03 = C	08 = B	13 = B	18 = B
04 = B	09 = C	14 = A	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D



PSICÓLOGO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Noções de Informática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = D	17 = C
03 = D	08 = B	13 = B	18 = B
04 = C	09 = C	14 = A	19 = C
05 = B	10 = D	15 = B	20 = D

ENSINO MÉDIO COMPLETO

AGENTE ADMINISTRATIVO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = A	17 = C
03 = D	08 = B	13 = D	18 = B
04 = C	09 = C	14 = C	19 = C
05 = A	10 = D	15 = B	20 = D

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = C	07 = A	12 = A	17 = C
03 = A	08 = B	13 = D	18 = B
04 = C	09 = C	14 = C	19 = C
05 = A	10 = D	15 = B	20 = D

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL (ASB)

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = A	17 = C
03 = A	08 = B	13 = D	18 = B
04 = B	09 = C	14 = C	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D

AUXILIAR DE TURMA

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = D	07 = A	12 = A	17 = C
03 = B	08 = B	13 = D	18 = B
04 = D	09 = C	14 = C	19 = C
05 = A	10 = D	15 = B	20 = D



CUIDADOR SOCIAL

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = A	17 = C
03 = D	08 = B	13 = D	18 = B
04 = A	09 = C	14 = C	19 = C
05 = C	10 = D	15 = B	20 = D

ELETRICISTA

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = D	06 = B	11 = B	16 = A
02 = C	07 = A	12 = A	17 = C
03 = A	08 = B	13 = D	18 = B
04 = B	09 = C	14 = C	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D

FISCAL DE POSTURAS

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = D	06 = B	11 = B	16 = A
02 = C	07 = A	12 = A	17 = C
03 = A	08 = B	13 = D	18 = B
04 = B	09 = C	14 = C	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D

INSTRUTOR DE MÚSICA

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = A	17 = C
03 = A	08 = B	13 = D	18 = B
04 = D	09 = C	14 = C	19 = C
05 = B	10 = D	15 = B	20 = D

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = A	17 = C
03 = D	08 = B	13 = D	18 = B
04 = C	09 = C	14 = C	19 = C
05 = A	10 = D	15 = B	20 = D



TÉCNICO DE LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = A	17 = C
03 = A	08 = B	13 = D	18 = B
04 = C	09 = C	14 = C	19 = C
05 = A	10 = D	15 = B	20 = D

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA OU TÉCNICO EM ZOOTECNIA

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = D	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = A	17 = C
03 = A	08 = B	13 = D	18 = B
04 = C	09 = C	14 = C	19 = C
05 = D	10 = D	15 = B	20 = D

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = A	17 = C
03 = A	08 = B	13 = D	18 = B
04 = B	09 = C	14 = C	19 = C
05 = C	10 = D	15 = B	20 = D

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = A	17 = C
03 = D	08 = B	13 = D	18 = B
04 = C	09 = C	14 = C	19 = C
05 = A	10 = D	15 = B	20 = D

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = C	06 = B	11 = B	16 = A
02 = B	07 = A	12 = A	17 = C
03 = A	08 = B	13 = D	18 = B
04 = B	09 = C	14 = C	19 = C
05 = C	10 = D	15 = B	20 = D



ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR (LIMPEZA/NUTRIÇÃO)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B
02 = A	07 = C	12 = D
03 = C	08 = C	13 = A
04 = B	09 = B	14 = D
05 = D	10 = C	15 = B
		16 = A
		17 = C
		18 = B
		19 = B
		20 = C

APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR (MONITOR DE ÔNIBUS ESCOLAR)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B
02 = A	07 = C	12 = D
03 = C	08 = C	13 = A
04 = B	09 = B	14 = D
05 = D	10 = C	15 = B
		16 = A
		17 = C
		18 = B
		19 = B
		20 = C

APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR (VIGIA)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B
02 = A	07 = C	12 = D
03 = C	08 = C	13 = A
04 = B	09 = B	14 = D
05 = D	10 = C	15 = B
		16 = A
		17 = C
		18 = B
		19 = B
		20 = C

AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS) - LIMPEZA DE PRÉDIOS PÚBLICOS

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B
02 = A	07 = C	12 = D
03 = C	08 = C	13 = A
04 = B	09 = B	14 = D
05 = D	10 = C	15 = B
		16 = A
		17 = C
		18 = B
		19 = B
		20 = C

AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B
02 = A	07 = C	12 = D
03 = C	08 = C	13 = A
04 = B	09 = B	14 = D
05 = D	10 = C	15 = B
		16 = A
		17 = C
		18 = B
		19 = B
		20 = C



AGENTE DE MANUTENÇÃO (AJUDANTE DE PEDREIRO)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

AGENTE DE MANUTENÇÃO (AUXILIAR DE MECÂNICO)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

AGENTE DE MANUTENÇÃO (CARPINTEIRO)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

AGENTE DE MANUTENÇÃO (MECÂNICO)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

AGENTE DE MANUTENÇÃO (OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C



AGENTE DE MANUTENÇÃO (OPERADOR DE TRATOR DE PNEU)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

AGENTE DE MANUTENÇÃO (PEDREIRO)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA DE AMBULÂNCIA)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA DE CAMINHÃO DE LIXO - CAÇAMBA)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA DE CAMINHÃO)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C



AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA)

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

COZINHEIRO

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

ENCANADOR

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C

GUARDA

Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais	
01 = B	06 = B	11 = B	16 = A
02 = A	07 = C	12 = D	17 = C
03 = C	08 = C	13 = A	18 = B
04 = B	09 = B	14 = D	19 = B
05 = D	10 = C	15 = B	20 = C



OPERADOR DO DAE		
Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico e Matemática	Conhecimentos Gerais
01 = B	06 = B	11 = B
02 = A	07 = C	12 = D
03 = C	08 = C	13 = A
04 = B	09 = B	14 = D
05 = D	10 = C	15 = B
		16 = A
		17 = C
		18 = B
		19 = B
		20 = C

Registra-se,

Publique-se e

Cumpra-se,

São Félix do Araguaia - MT, 03 de fevereiro de 2026.

Presidente da Comissão:

Paulo Roberto Gomes Luz Tres

CPF 009.xxx.xxx-19 - Matrícula 3888

Agente Administrativo

Secretária da Comissão:

Maria de Lourdes Jorge de Sousa

CPF 317.xxx.xxx-04 - Matrícula 0183

Professora

Membros:

Marcos Antônio Miranda Sousa

CPF 474.xxx.xxx-34

Assessor Jurídico

Marcos Luiz de Jesus Silva Rachid

CPF 002.xxx.xxx-70 - Matrícula 3262

Agente Operacional

Ellen Caroline Alves de Souza

CPF 028.xxx.xxx-32 - Matrícula 3230

Agente Administrativo

Wedila Martins Souza

CPF 962.xxx.xxx-91 - Matrícula 0523

Agente Administrativo